

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM MEIO ÀS RELAÇÕES ENTRE O RURAL E O URBANO NO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DOS TRÊS PICOS, TERESÓPOLIS-RJ

ENVIRONMENTAL EDUCATION AND THE RELATIONSHIPS BETWEEN RURAL AND URBAN PEOPLE ON THE NEARSIDE OF THE THREE PEAKS STATE PARK (PARQUE ESTADUAL DOS TRÊS PICOS), TERESÓPOLIS-RJ.

Gabriel de Mendonça Domingues

Mestre em Ecologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora
gabrielgopinatha@yahoo.com.br

Vicente Paulo dos Santos Pinto

Prof. Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora
vicente.pinto@ufff.edu.br

Resumo

A pesquisa foi realizada no município de Teresópolis-RJ, junto às comunidades de Canoas, Prata dos Aredes e Varginha, situadas no entorno do Parque Estadual dos Três Picos - PETP, maior unidade de conservação administrada pelo Instituto Estadual do Ambiente – Inea. O objetivo principal foi analisar, sob a perspectiva dos diferentes atores locais, as transformações socioculturais e espaciais que ocorrem na localidade a partir da chegada dos moradores de origem urbana, confrontando as diferentes visões de mundo e explicitando os desafios colocados ao trabalho de educação ambiental junto a essas comunidades. O estudo das interações entre as pessoas de origem rural e urbana deixa clara a importância da educação ambiental, operada pela via dialógica, para a superação das diferenças e para a viabilização de um modelo de desenvolvimento local que atenda às necessidades da população local e aos objetivos de conservação dos recursos naturais propostos pelo PETP. Para a realização da pesquisa, foi adotada uma abordagem qualitativa e utilizados métodos da observação participante, entrevistas não estruturadas e semi-estruturadas, buscando ressaltar nos depoimentos dos diferentes moradores suas percepções acerca das transformações no espaço rural observadas nas últimas décadas, bem como do papel das instituições locais na promoção do desenvolvimento socioambiental das comunidades estudadas.

Palavras-chave: Relações entre o rural e o urbano. Transformações socioespaciais. Educação ambiental. Desenvolvimento local. Parque Estadual dos Três Picos.

Abstract

This work was made in Teresópolis, Rio de Janeiro State, in the communities of Canoas, Prata dos Aredes and Varginha, on the nearside of the Parque Estadual dos Três Picos - PETP (Three Peaks State Park). The research's objective was to analyse, by the perspective of the different local players, the sociocultural and space transformations occurred with the arrival of urban people at the local, confronting the different world views and setting out the challenges of a work with environmental education on these communities. The study of interactions between rural and urban people emphasizes the importance of the environmental education to improve the dialogue between the different local actors, aiming at to overcome the conflicts and to implement a model of local development which considers the necessities of local people and the realization of the PETP's goals of conservation of natural resources. A qualitative perspective was adopted in this research. Participant observation, non structured and semi-structured interviews were the tools used in order to emphasize the different perceptions of the space transformations on the last decades, and of the role of the local institutions in the promotion of the socio-environmental development of the communities studied.

Keywords: Rural and urban relationships. Space transformations. Environmental education. Local development. Three Peaks State Park.

Introdução

O crescimento acelerado dos grandes centros urbanos, associado ao crescimento do movimento ambientalista nas últimas décadas, vem impulsionando a migração de um número cada vez maior de pessoas de origem urbana a espaços rurais de significativo valor natural e paisagístico. Questionando a qualidade de vida e o modelo desenfreado de consumo dos recursos naturais observados nos grandes centros urbanos, eles buscam reinventar a sua relação com a natureza e disseminar idéias ambientalistas que tenham em vista uma nova maneira de o ser humano pensar a sua relação com a natureza. Entretanto observa-se que as propostas socioambientalistas, apresentadas sob a perspectiva dos moradores de origem urbana ou de atores externos à localidade, chocam-se, muitas vezes, com a visão de mundo, os hábitos tradicionais e os valores culturais, próprios dos moradores de origem rural, gerando desconfiança e resistência às propostas trazidas pelos forasteiros.

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar, a partir da percepção de diferentes moradores, as transformações socioculturais e espaciais que ocorrem nas

localidades rurais a partir da chegada dos moradores de origem urbana, explicitando os conflitos e as contradições advindos das relações entre o rural e o urbano e os desafios que se colocam ao trabalho de educação ambiental nesse contexto.

As comunidades de Canoas, Prata dos Aredes e Varginha, no município de Teresópolis-RJ, mostraram-se relevantes e de especial interesse para a realização do presente estudo, pois além de se observar na localidade uma complexa interação entre o rural e o urbano e entre atores de diferentes origens, essas comunidades estão situadas no entorno imediato do Parque Estadual dos Três Picos- PETP, em uma área considerada estratégica para a consolidação de uma política participativa de gestão da unidade de conservação, o que torna-se fundamental para a consolidação da Zona de Amortecimento do parque e para a inclusão social das comunidades presentes no entorno da uc.

Os dados específicos das três comunidades estudadas constituem-se, na sua quase totalidade, de dados primários obtidos a partir dos relatos dos moradores, tendo em vista a escassez de dados da localidade disponíveis em publicações, documentos, ou outras fontes de dados secundários.

A pesquisa foi realizada entre os anos de 2009 e 2010, e contou com duas fases distintas. No primeiro ano, o trabalho foi realizado em contato constante com os moradores, onde foi adotada principalmente a metodologia da observação participante, buscando-se, a partir da convivência e da participação direta nas atividades realizadas, uma compreensão maior acerca das questões que emergem naturalmente no cotidiano da comunidade. Durante essa etapa da pesquisa foram identificados os informantes-chave, com os quais foram agendadas posteriormente entrevistas semi-estruturadas.

Durante a realização das entrevistas semi-estruturadas buscou-se abordar os temas identificados durante a fase da observação participante. As entrevistas foram gravadas, utilizando um gravador digital, obtendo-se uma média de 80 minutos de gravação por cada entrevista, que foram posteriormente transcritos na íntegra.

O material coletado possibilitou a confrontação (através dos depoimentos de moradores, jovens e adultos, de origem urbana e rural) de diferentes percepções acerca das mudanças ocorridas na localidade nas últimas décadas, explicitando os limites e os desafios colocados ao trabalho das diferentes instituições que buscam desenvolver no local projetos socioambientais e trabalhos voltados à prática da educação ambiental.

Este artigo é parte dos resultados obtidos com a pesquisa de mestrado intitulada “A educação ambiental em meio às relações entre o rural e o urbano no entorno do Parque Estadual dos Três Picos, Teresópolis-RJ”, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada à Conservação e Manejo dos Recursos Naturais – PGECOL, do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Juiz de Fora.

A Emergência do Movimento Ambientalista e a Emigração Urbana

A década de 1970 é marcada pelo crescimento dos movimentos ambientalistas e das propostas de vida em “comunidades alternativas” onde seria possível construir uma vida “mais próxima à natureza”, menos voltada para o consumismo e o individualismo, e mais voltada para as trocas solidárias e os valores comunitários.

O homem, voltando seu olhar para o passado e refletindo sobre diferentes marcos caóticos deixados em sua passagem ao longo do tempo, como a guerra, a depredação do meio ambiente, a fome e a miséria generalizada, volta agora a se questionar sobre a vida comunitária e o espírito de solidariedade que nela se afigura, percebendo o quanto ela pode oferecer saídas para as diferentes crises por ele provocadas, inclusive as mais graves, como é o caso da crise de valores (CARVALHO, 2002, p.78) .

O movimento ambientalista emerge a partir de um anseio surgido no espaço urbano pela melhoria da qualidade de vida ameaçada pela degradação ambiental imposta pelo modelo de crescimento desordenado da sociedade urbano-industrial (MOSCOVICI, 2007).

Movido por essa busca de reinventar a relação da sociedade com a natureza, uma parcela significativa do movimento ambientalista se volta para os espaços rurais procurando concretizar neles as transformações almejadas. A natureza passa a ser idealizada como o bem mais precioso do ser humano, e que deve ser preservado a todo custo, já que nas grandes cidades ele já foi praticamente extinto. Um movimento que se aproxima do bucolismo romântico que prevaleceu no mundo ocidental entre os séculos XVIII e XIX, como uma reação aos problemas surgidos com o crescimento dos centros urbanos em meio à revolução industrial, despertando, em um número cada vez maior de pessoas, uma certa ânsia por reviver o mito do paraíso perdido (DIEGUES, 2002).

No Brasil, essa valorização constante dos espaços naturais e de forte apelo paisagístico impulsionou, nas últimas, décadas a criação de diversas unidades de conservação no país e o deslocamento crescente da classe média urbana a ambientes naturais, provocando em diversas localidades, mudanças profundas no mundo rural. Até a década de 1960 haviam sido criadas apenas seis unidades de conservação no Brasil. Entre as décadas de 1960 e 1990 foram criadas 78 unidades de conservação, 58 delas apenas na década de 1980 (DIEGUES, 2002).

Sob a perspectiva da população local, contudo, a criação de uma unidade de conservação se coloca como um dos vetores de força externa que converge sobre a localidade e entra em disputa pelo território. Nesse caso, buscando fazer valer as restrições de uso e ocupação de solo, previstas na legislação ambiental. A população rural então, que outrora habitava a região, assiste estarecida a dominação do seu território, de um lado pelas forças do mercado imobiliário, que modelam o espaço para atender a demanda crescente dos moradores urbanos, que anseiam pela vida “junto da natureza”; e de outro, pelas políticas ambientais que, numa tentativa desesperada de salvaguardar os últimos fragmentos florestais existentes, definem áreas legalmente protegidas, na maior parte dos casos impedindo o uso direto do solo no seu interior, e impondo uma série de restrições à ocupação do seu entorno.

[...] as questões ambientais produzem uma espécie de requalificação do território por suas funções ecológicas, e também uma requalificação do local como lugar de intervenção ou gestão do meio ambiente. O espaço qualificado ecologicamente se transforma em um lugar onde se instala um enfrentamento entre os usos locais que podem estar ligados à tradição da cultura ou mesmo interesses econômicos, e os interesses exógenos, universais ou globais (FERREIRA in SECRETO, CARNEIRO e BRUNO (Orgs.), 2008, p.84).

A contradição se dá quando o próprio movimento inaugurado pelos forasteiros urbanos de “retorno ao natural” submete o território à lógica do mercado imobiliário, que rapidamente inicia um processo de colonização, o qual (se não for enfrentado pela população local) promove uma transformação radical na mesma paisagem bucólica e natural perseguida originalmente pelos moradores de origem urbana.

O papel da educação ambiental, tomada sob uma perspectiva crítica, se insere no meio desse campo de forças, buscando, pela via dialógica, desvendar as ideologias e intencionalidades subjacentes aos grupos dominantes que atuam na localidade e que

buscam se apropriar do território para satisfazer os seus interesses, sejam eles econômicos ou ecológicos. É essa percepção crítica da realidade que torna os sujeitos capacitados à ação transformadora da sua realidade, em prol de um equilíbrio maior nas relações sociais e ambientais:

Sendo essencialmente uma ação política, a educação ambiental é um processo de apropriação crítica de conhecimentos, atitudes e valores políticos, sociais e históricos que implicam em construir, eivado de participação, um processo de construção pelos sujeitos, das qualidades e capacidades necessárias à ação transformadora responsável diante do ambiente em que vivem (TOZONI-REIS, 2007, p.134).

Diante dessa problemática colocada, apresentamos a seguir uma análise dessas relações estabelecidas entre o rural e o urbano em três comunidades da região serrana do Rio de Janeiro, situadas no entorno do Parque Estadual dos Três Picos.

As comunidades estudadas: contextualização geográfica

As comunidades de Prata dos Aredeas, Canoas e Varginha, fazem parte do distrito-sede do município de Teresópolis-RJ, e estão distantes cerca de 20 quilômetros do centro da cidade, fazendo parte dos bairros de Albuquerque, por um lado, e de Vargem Grande (fig.01). De acordo com levantamento feito por instituições locais, existem atualmente cerca de 1500 moradores vivendo nas três comunidades estudadas. A localidade está situada na microbacia do Rio das Bengalas que é alimentado pelo Córrego da Prata e pelo Rio da Varginha que banham o local. O Rio das Bengalas deságua no Rio Preto, que integra a Microbacia do Rio Piabanha, inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (ESPAÇO COMPARTILHARTE, 2008).

A partir do centro da cidade de Teresópolis, o acesso à localidade se dá pela BR-116 que corta o município e se encontra com a RJ 130 (estrada Teresópolis - Friburgo) que contorna a feição norte do Parque Estadual dos Três Picos – PETP e forma o circuito turístico Terê-Fri. Este circuito apresenta inúmeros atrativos naturais e culturais ao longo de seus 68 quilômetros de extensão.

Ao longo de todo percurso observa-se também o desenvolvimento intenso da atividade agrícola cuja produção abastece grande parte da região metropolitana do Rio

de Janeiro. O manejo agrícola adotado na região segue o modelo de agricultura convencional, apontado por Gliessman (2001) como sendo responsável pela exploração excessiva dos recursos agrícolas, resultando na degradação do solo, desperdício de água, poluição do ambiente, dependência de insumos externos e perda da diversidade genética.

Próximo ao quilômetro 7 da Estrada Teresópolis-Friburgo encontra-se o bairro de Albuquerque, primeiro dos diversos núcleos urbanos encontrados ao longo da estrada. Em Albuquerque, a RJ 130 cruza com a Estrada Isaías Vidal, que percorre as comunidades de Prata dos Aredes, Canoas e Varginha. Cada uma estando distante cerca de 10 quilômetros do bairro de Albuquerque (fig.04).



Figura 1: Imagem do Google Earth de 28 de julho de 2006. Nos pontos marcados observa-se à direita as comunidades estudadas e sua relação com a mancha urbana de Teresópolis.

A área onde estão localizadas as comunidades estudadas, está entre as quatro Áreas Estratégicas Externas, apontadas no Plano de Manejo do PETP (INEA, 2009), como áreas relevantes para o manejo e alcance dos objetivos de criação do parque, “com identidade fundamentada em condições ecológicas peculiares e/ou vocação para

atividades específicas”. No caso, essas atividades se relacionam ao ecoturismo, à agroecologia e às atividades de educação ambiental (INEA, 2009, p.47). Destaca-se também a localização estratégica da localidade, que possui ligação por trilhas para os bairros do Meudon (onde existe uma guarita do PETP) e para a região de baixada, entre os municípios de Guapimirim e Cachoeiras de Macacu (fig.03).

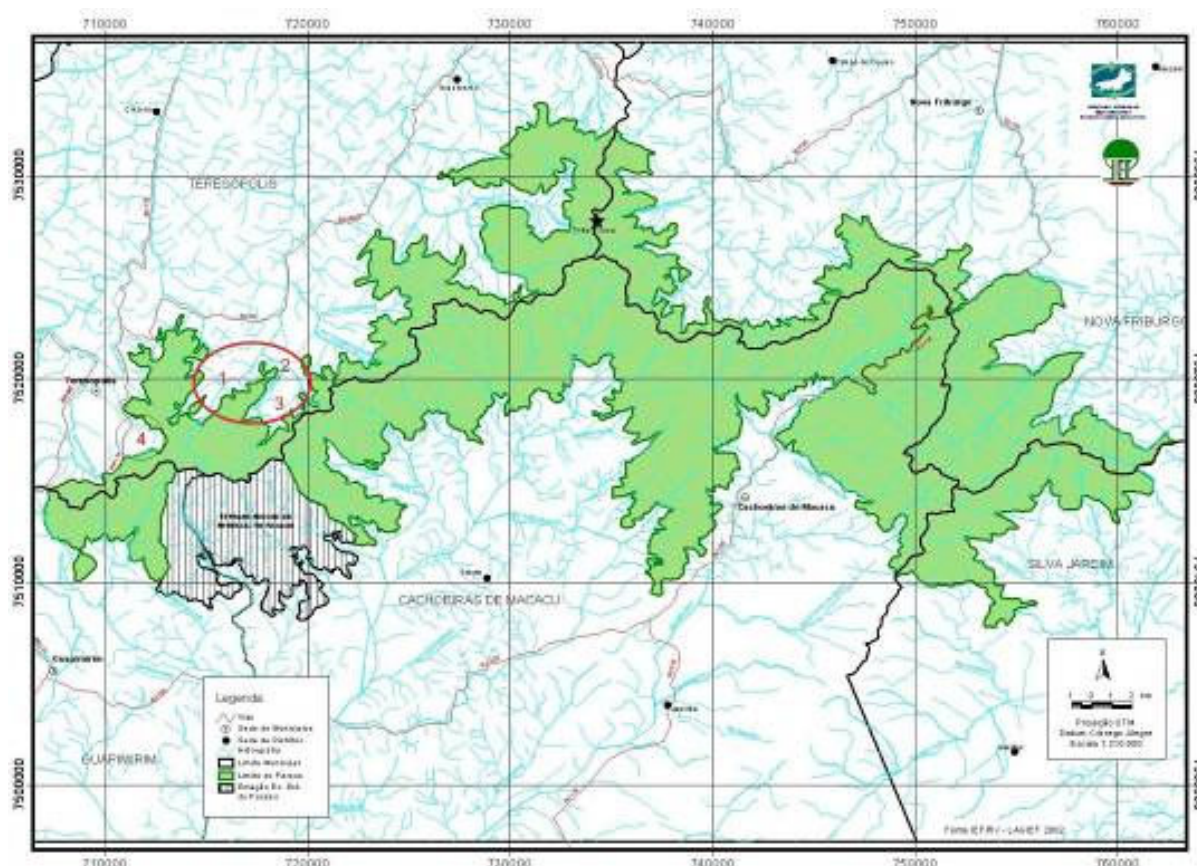


Figura 3. As comunidades de Prata dos Aredes, Canoas e Varginha, estão indicadas respectivamente pelos números 1,2 e 3 dentro do círculo vermelho desenhado na porção oeste do perímetro do PETP. O número 4 indica a localização do bairro do Meudon, às margens da BR-116. Fonte: Inea, 2009.

O PETP foi criado em 2002, possuindo 46.600 hectares, formando um contínuo florestal com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e com a Estação Ecológica do Paraíso. Sendo a maior unidade de conservação do estado do Rio de Janeiro, o PETP perpassa os municípios de Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Silva Jardim, na baixada, e Teresópolis e Nova Friburgo na Região Serrana. Através do decreto número

41.990 de 12 de agosto de 2009, foram acrescentados ao parque 12.440,90 hectares, que passou a ter uma área de quase 60.000 hectares.

No decreto estadual nº31.343 de 05 de junho de 2002, de criação do PETP, apresenta em seu artigo 2º os objetivos almejados com a criação do parque: I. assegurar a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica da porção fluminense da Serra do Mar, bem como recuperar as áreas degradadas ali existentes; II. preservar espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção ou insuficientemente conhecidas da fauna e da flora nativas; III. integrar o corredor ecológico central da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro; IV. assegurar a manutenção das nascentes e dos corpos hídricos que abastecem as cidades circunvizinhas; V. estimular as atividades de recreação, educação ambiental e pesquisa científica, quando compatíveis com os demais objetivos do Parque.

De acordo com o Plano de Manejo do PETP, o trabalho junto às comunidades do entorno torna-se prioritário para que os objetivos almejados com a criação do parque sejam alcançados. Dentre as medidas coercitivas indicadas no plano de manejo, observa-se uma preocupação central com as ocupações irregulares, atividades ilegais como caça, desmatamento e atividades extrativistas, e a expansão urbana na direção do parque. Entre as propostas indicadas de uso de solo, é comum o estímulo ao desenvolvimento de atividades voltadas para o ecoturismo, turismo rural e agricultura ecológica, conciliadas com planos setoriais de uso e ocupação do solo que tenham em vista a consolidação da Zona de Amortecimento do parque (INEA, 2009).



Figura 1: A localização do PETP no contexto da Serra do Mar, no Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Inea, 2008.

A variação abrupta de altitude observada entre a região da Baixada Fluminense e a Região Serrana, possibilita a ocorrência de microclimas variados, fazendo de cidades serranas como Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, o destino de inúmeros visitantes da região metropolitana do Rio de Janeiro que buscam viver dias agradáveis na serra, onde é possível desfrutar de um clima de montanha, longe da aglomeração dos centros urbanos e em proximidade com áreas preservadas de florestas, com rios e cachoeiras.

Do rural ao urbano: transformações socioespaciais ao longo das últimas décadas

Observa-se tradicionalmente na localidade o desenvolvimento de atividades voltadas para a produção de hortaliças, para lavoura de milho, feijão, inhame, aipim e banana e para a agricultura de subsistência realizada pelas famílias rurais, que se empregaram nas antigas fazendas e passaram a ocupar porções de terra cedidas pelos fazendeiros. *Antigamente era mais as pessoas tiravam o seu sustento da terra e não usavam essas drogas que existem hoje, era esterco de boi, de cavalo de galinha, orgânico né?*- afirma uma moradora antiga da região. Era comum também o sistema de

meia, no qual o fazendeiro cedia moradia e terra e o colono entrava com a força de trabalho, sendo a produção dividida entre as duas partes. Era também recorrente a atividade pecuária, que ainda hoje se faz presente na localidade.

A partir da década de 1950 começam a surgir os primeiros projetos de loteamento na localidade, em geral, com os donos das antigas fazendas vindo a falecer e os herdeiros disponibilizando as terras para venda. Grande parte das terras disponíveis foi adquirida por empresas imobiliárias e por empreendedores estrangeiros que levaram a cabo projetos que variavam na forma, desde hotéis a condomínios de luxo, e no tamanho, desde trinta a trezentos lotes. Na comunidade de Prata dos Aredes, o lago em torno do qual está prevista a implantação de uma área de lazer, foi construído por um empreendedor suíço, como parte de um projeto de divisão da área em 200 lotes, vendidos no decorrer da década de 1950.

Curiosamente, muitos desses lotes vendidos nunca foram ocupados pelos seus proprietários. No decorrer dos anos, alguns terrenos foram ocupados por famílias do local e outros ficaram abandonados durante décadas, muitas vezes sendo utilizados para deposição de lixo ou como áreas de pastagem. *“Eles não vendiam pra pobre e ninguém conseguia comprar”* – afirmou um morador mais antigo. Há cerca de cinco anos, em função principalmente da questão do lixo, os dirigentes da Associação de Moradores de Canoas, Prata dos Aredes e Varginha (Amacapav) foram buscar em cartório o registro dos compradores da área, para notificá-los do que estava acontecendo em suas propriedades. Na ocasião, foram contatados os herdeiros dos antigos compradores, muitos dos quais nem sabiam da existência do terreno.

Além dos loteamentos, as antigas fazendas também foram parceladas em pequenos sítios que passaram a ser adquiridos principalmente por moradores do Rio de Janeiro que construíam casas de veraneio, onde passavam os períodos de férias e feriados. Com o passar dos anos, muitas dessas casas foram abandonadas, algumas permanecendo fechadas e sem manutenção durante anos. Outras, com o passar do tempo, acabaram sendo ocupadas pelas pessoas que trabalhavam nesses sítios como caseiros.

Um morador de origem rural entrevistado, conta que quando chegou à localidade, no ano de 1961, a atividade agrícola já tinha diminuído muito, e o que se encontrava em termos de trabalho na região eram os empregos nos sítios como caseiro

ou jardineiro. Até mesmo nas fazendas ainda existentes, o trabalho que havia era focado na manutenção da propriedade, roçando o mato e fazendo jardinagem. O morador conta que, ainda assim, eles sempre mantinham um cultivo de subsistência. Ele plantava principalmente tomate, inhame, batata e vagem. Trabalhava durante o dia e, no fim da tarde, plantava. *“A gente quando via alguma chance a gente plantava. Era uma melhora no ordenado. Porque salário é um salário, nunca passou daquilo. Eu cheguei a trabalhar em vários lugares com carteira assinada, foi aonde eu consegui benefício.”* O trabalho com carteira assinada a que se refere o morador foi conseguido durante o tempo em que trabalhou vinculado à prefeitura, fazendo a manutenção de uma rua da localidade que dava acesso a uma das fazendas que havia na região.

Pela precariedade do acesso à cidade, a maior parte dos moradores era obrigada a buscar os seus meios de subsistência na própria localidade. Historicamente, o principal acesso à cidade de Teresópolis, principalmente para os moradores da comunidade de Prata dos Aredes, se dava pela estrada que passa pela floresta do Jacarandá, terminando no bairro do Meudon, situado à margem da BR-116 (fig.04). Esse trajeto era vencido a pé ou de bicicleta. A caminhada até o centro da cidade durava um pouco mais de uma hora. Até o ano de 1976, havia um ônibus que passava três vezes por semana na localidade e levava os moradores ao centro da cidade, utilizando a via que passa pela estrada Teresópolis-Friburgo.

Os moradores mais antigos relatam que a partir da década de 1970 a região começou a melhorar em termos de serviço, principalmente na área da construção civil. Novos loteamentos foram feitos e diversos moradores de origem urbana começam a comprar terrenos na localidade, dessa vez não só para estabelecer casas de veraneio. Muitos se transferiram de forma definitiva para o local. *“Mais ou menos de 75 pra cá veio um pessoal de fora e começaram a construir várias casas e o pessoal começou a desembolsar, a pagar melhor”* – lembra um morador mais antigo de Prata dos Aredes. É nessa época que se verifica a instalação da pequena fábrica de ferragens Ravanete Metais, que também passou a empregar as pessoas da localidade.

Na fala dos moradores de origem rural, um fato que marcou essa época foi a chegada da Fazenda Vrajabhumi, cujo proprietário passou a empregar muitas pessoas do local. Desde a fase da construção até o período de funcionamento do hotel, pioneiro na localidade.

Depois de algum tempo, o hotel instalado na fazenda Vrajabhumi, começou a divulgar o lugar, atraindo diversas pessoas do Rio de Janeiro que acabaram se interessando em adquirir terras na localidade. Os moradores de origem rural associam o início do funcionamento do hotel ao aumento do número de pessoas de fora, que passaram a morar na localidade:

O Clube Sayonara, que funcionou em Varginha entre as décadas de 1960 e 1970, foi outro empreendimento local que contribuiu para atrair à localidade diversas pessoas da elite política e intelectual do Rio de Janeiro, que possuíam casas de veraneio em Teresópolis e se reuniam em Varginha nos fins de semana e feriados. Moradores que frequentaram a região nessa época, contam que a influência política dos antigos proprietários do clube favoreceu a melhoria das condições de acesso até Varginha, com a construção de pontes e a realização de obras de reparo na estrada. O local permaneceu abandonado desde 1975 até os anos de 1990, quando um novo morador adquiriu a propriedade e passou a realizar reformas no local, que se encontra hoje dentro dos limites do PETP, tornando-se uma área de uso conflitante do parque.

A partir do final da década de 1970, as comunidades de Prata dos Aredes, Canoas e Varginha, passam a ser atendidas diariamente por uma linha de ônibus da prefeitura que disponibiliza três horários passando no local, às seis da manhã, à uma hora da tarde e às sete da noite. Essa mudança permitiu com que muitos moradores passassem a assumir compromissos de trabalho na cidade, realizando um movimento pendular diário, saindo de manhã cedo e retornando à noite. Amplia-se assim cada vez mais a dependência local em relação ao centro urbano, em detrimento das atividades realizadas tradicionalmente pelos moradores de origem rural.

Soma-se a isso o parcelamento cada vez maior das terras, o aumento das opções de trabalho na área da construção civil e a disponibilidade de emprego trazida pelos empreendedores forasteiros, para vermos o declínio cada vez maior das atividades rurais, voltadas para a produção de insumos agrícolas e a agricultura de subsistência. Por outro lado os pequenos e médios produtores, pressionados por um mercado cada vez mais competitivo e sazonal (como é o mercado das hortaliças), passam a vender suas terras por preços abaixo do mercado, em busca de novas oportunidades na cidade de Teresópolis ou mesmo no Rio de Janeiro. Conforme observa-se na região, o

resultado desse movimento é a ocupação crescente do território por pousadas, hotéis, casas de veraneio e condomínios de luxo, todos voltados a satisfazer a ânsia dos moradores da metrópole, pelo clima ameno da serra, longe da confusão dos centros urbanos e ‘em contato com a natureza’.

O caráter contraditório desse movimento é evidenciado quando constatamos que o equipamento instalado para receber os moradores de origem urbana, passa a ocupar o espaço mais apropriado para o desenvolvimento da agricultura e das outras atividades do campo. Na reunião da Amacapav de abril de 2009, uma associada trouxe a reflexão feita por um agrônomo da região, que chama atenção para a tendência observada em Teresópolis - em termos de política de uso e ocupação do solo - de destinar as áreas mais férteis do município, próximo às regiões de várzeas, para os empreendimentos imobiliários. A atividade agrícola, por sua vez, fica com os terrenos menos férteis, junto às encostas. Essa preocupação foi demonstrada durante reuniões do Conselho da Cidade, em que foi discutido o Plano de Zoneamento do município, proposto pelo Plano Diretor Municipal, no qual aparecem extensas áreas rurais – atualmente destinadas ao desenvolvimento de atividades agrícolas - enquadradas dentro de Macrozonas Urbanas, no intuito de favorecer o parcelamento de terras e a expansão imobiliária para essas regiões.

Observa-se, contudo, que o movimento de urbanização é um impulso que parte também dos próprios moradores de origem rural. Se por um lado, os moradores de origem urbana são atraídos pelas características campestres do lugar, a presença ainda existente de um estilo de vida rural e um ambiente preservado, por outro, os moradores de origem rural - especialmente os jovens que nasceram e cresceram na localidade - são atraídos cada vez mais pelo estilo de vida urbano, pelas possibilidades de trabalho e lazer, e pela vida movimentada que a cidade oferece. Buscam, dessa forma, trazer para a localidade o referencial de urbano que obtêm na cidade e que também são trazidos pelos moradores de origem urbana e pelos visitantes da metrópole.

Observa-se assim, entre alguns moradores de origem rural, a busca por inserir a localidade cada vez mais no contexto urbano do município, reivindicando do Poder Público Municipal as reformas necessárias para que a relação com a cidade seja crescentemente estreitada.

Na fala de alguns moradores mais antigos, percebe-se que a questão da educação foi um dos fatores que contribuíram para o estreitamento da relação dos jovens com a cidade. As duas escolas existentes na localidade oferecem ensino somente até a quarta série. A partir da quinta série, os alunos passam a estudar na escola de Albuquerque, que oferece ensino até a oitava série. O ensino médio, geralmente é cursado em alguma das escolas públicas da cidade.

A professora mais antiga da comunidade lembra que foi em função dos alunos das escolas locais – a fim de possibilitar a continuidade dos seus estudos na cidade – que a comunidade se organizou para reivindicar do Poder Público, a melhoria das condições de acesso e a ampliação do serviço de transporte municipal que atende o local.

Até meados da década de 1990, a localidade era servida por apenas três horários de ônibus, a estrada de acesso às comunidades era de terra, não havia internet e poucas pessoas dispunham de telefone no local. No final da década de 1990, foram disponibilizadas para o local mais duas linhas diárias de ônibus, no horários das 10:15 e das 16:45, diversas linhas telefônicas foram instaladas e o número de pessoas se multiplicou na localidade. No ano de 2003, a partir de uma reivindicação dos próprios moradores, feita via Associação de Moradores, a estrada Isaias Vidal, que dá acesso às comunidades de Canoas e Prata dos Aredes, foi asfaltada, ficando apenas a localidade da Varginha servida por um trecho de estrada de terra. O asfaltamento da estrada veio acompanhado da instalação de um mercado próximo ao ponto final de Prata dos Aredes, que passou a atender a localidade com produtos de primeira necessidade.

Todas essas mudanças provocaram transformações irreversíveis no modo de vida local, impulsionando ainda mais a localidade rumo a um processo acelerado de urbanização. Apesar das melhorias trazidas, as opiniões dos moradores se dividem quanto aos aspectos positivos e negativos de tais transformações.

As transformações socioespaciais na percepção dos moradores de origem rural

Por um lado, os mais antigos demonstram um saudosismo dos tempos antigos, onde as relações comunitárias eram mais percebidas:

“Era precário, nós tínhamos ônibus aqui 3 vezes por semana, segunda, quarta e sexta, só dois horários e se chovesse não tinha, por causa da estrada de terra. E o ponto maior de encontro aqui nessa comunidade era a igreja, ponto de encontro dos jovens, todas as faixas etárias, festas, quermesses como antigamente era conhecido assim [...] Eram poucas pessoas, hoje é mais aglomerado, mas naquela época o povo era mais unido, era muito aconchegante aqui, as pessoas se reuniam nas casas dos amigos. Até mesmo no sentido de aprenderem coisas. Como a minha mãe abria a porta da casa para ensinar bordado, ensinar crochê, ensinar a parte culinária, em todos os trabalhos que ela propunha a fazer ela fazia muito bem.” (professora aposentada, moradora antiga da região)

Por outro, alguns moradores de origem rural evidenciam os benefícios trazidos pelo crescimento demográfico e pela melhoria nos serviços públicos na localidade:

“Ah não, melhorou muito. Quando eu cheguei a estrada era de terra, não tinha iluminação em certos pontos, os horários de ônibus era menos, tinha menos movimento, moravam menos gente, hoje em dia aumentou muito, se você for olhar o número de casas que foram construídas, tem mais horário de ônibus, as crianças tem mais qualidade de vida, mais conforto com o colégio, que na época as crianças sofriam mais, hoje a prefeitura colocou mais ônibus pros alunos, por ter menos horários de ônibus as crianças sofriam mais, melhorou muito a comunidade.” (agricultor de Canoas)

Se o asfalto é visto por alguns como sinônimo de melhorias das condições de acesso, outros moradores mais antigos fazem as suas ressalvas:

“[...] o asfalto foi bom, ótimo, nunca mais teve problema de ônibus, não vinha quando chovia, mas por outro lado a velocidade que os carros andam, volta e meia tem um acidente aqui, nas curvas, tem moto colidindo com cavalo, porque andam muito rápido, facilitou demais a velocidade, então antigamente não tinha isso, eu lembro que eu tocava boi pelas estradas, tinha 60 cabeças de gado e não tinha perigo de bater, porque a estrada era de chão, sabia que tinha gado, cavalo, nunca ouvi dizer que bateu, e hoje o que mais se ouve dizer é isso né, em função do progresso, a estrada está um tapete entre aspas né, foi bom por um lado que facilita, você chega mais rápido no centro, mas por outro lado muito acidente e o próprio caminhão da prefeitura quando vem recolher o lixo, quando sai, sai disparado.” (jardineiro, morador de Prata dos Aredes)

O mesmo morador percebe as mudanças em termos da questão ambiental, associando a chegada dos produtos industrializados ao aumento do lixo na região:

*“A moeda tem dois lados, eu até estava pensando nisso ontem, a respeito da coleta de lixo. **Industrializou-se tudo, foi tudo muito legal muito bacana, mas antigamente eu digo isso de certeza, antigamente não tinha tanta sujeira igual tem hoje, sabe, antigamente eu lembro perfeitamente, minha avó pegava o lixo, hoje é proibido, as pessoas de todo lugar juntava o lixo, cavava um buraco grandão, queimava e depois tapava, depois de um certo tempo enterrava, e não tinha lixo nas ruas, na estrada de chão, era tudo estrada de chão, você não via plástico nas ruas e hoje o próprio caminhão da prefeitura, quando vem naquele alvoreço, jogando lixo pra tudo quanto é lado, porque é tudo aberto, o próprio caminhão, a gente junta, tem o trabalho de limpar e volta e meia tem o mutirão que a gente limpa as ruas, o próprio caminhão vem e espalha, se você vê.**”*

Alguns moradores mais antigos, sentem falta, ainda, do tempo em que o alimento era produzido no local, de forma caseira:

*“No meu tempo era menos remédio e tinha muita fartura, criava um porco, comia aquela gordura e tudo. Hoje ninguém pode comer nada, porque ofende! Aquela ração daquele porco. É muita coisa que eles botam pra engordar num instante. O frango, a gente compra um frango, é aquele frangão. E a ração? Como é que é aquela ração que ele come? Não é igual você criar a galinha assim, só no milho, comendo só aquele milhinho, né? **Por isso que hoje em dia o povo tá tudo cansado!**”*

O aumento populacional nos últimos quinze anos também é colocado, pelos moradores que vivem há algum tempo na localidade, como uma mudança claramente percebida, que modificou as relações comunitárias observadas anteriormente:

*“A primeira mudança que a gente percebe, eu que estou aqui a 22 anos, é a questão populacional, o número de pessoas aumentou muito, porque hoje tem pessoas aqui que eu não conheço, quando que há alguns anos atrás se aparecesse aqui alguém não conhecido a gente dizia: esse camarada não é daqui, **hoje tem pessoas que moram aqui que você não conhece, você sabe que mora aqui mas você não tem esse contato, liberdade nem de trocar um oi com a pessoa devido ela não estar no seu dia-a-dia, não fazer parte da sua classe social. Você não tem intimidade, sabe que a pessoa mora aqui mas não tem contato.**” (morador de Prata dos Aredes)*

Entre os jovens, apesar de todas essas mudanças observadas, a questão do transporte ainda é colocada como um aspecto negativo de se viver na localidade.

“O estilo de vida aqui não é ruim pra quem tem como se locomover de forma independente, que não seja de ônibus, se você tem um carro, uma moto, morar aqui é bom, tem uma vida tranqüila, tranqüilidade, sossego, integração com a natureza, isso é interessante, porque eu tive um período na cidade.” (morador jovem de Prata dos Aredes)

Na fala dos moradores jovens, fica explícito o caráter dúbio de se viver na localidade. Por um lado gozam de uma qualidade de vida melhor, longe do centro da cidade e com uma proximidade maior entre as pessoas, mas por outro, depender do ônibus para a locomoção diária é visto como um fator limitante.

A dependência em relação aos horários de ônibus e a ausência de serviço de internet banda larga são colocadas como fatores limitantes para a continuidade dos estudos. Um dos jovens entrevistados abandonou o curso superior de Direito na cidade porque não tinha como voltar para casa à noite, após às vinte e duas horas. Além disso, a falta de oportunidade de trabalho no local também é motivo constante de reclamação entre os jovens.

A maior parte dos que trabalham na localidade, são empregados de sítios, chácaras ou pousadas, atuando como jardineiro ou ajudante de pedreiro. As pousadas da região empregam algumas pessoas, em número reduzido, contudo, pouco significativo em relação ao número de jovens hoje na localidade, estimado em cerca de cento e quinze pessoas.

Dessa forma, mesmo com o aumento de oportunidade de serviços formais e informais em relação ao que se observava no passado, tendo em vista o aumento populacional dos últimos anos, a maior fonte de emprego para os moradores da localidade continua sendo a cidade. Se associarmos esse fato às dificuldades encontradas por aqueles que dependem dos ônibus para a locomoção, encontraremos aí a razão pela qual muito dos moradores jovens acabam optando por deixar definitivamente o local.

“Eu acredito que o jovem de hoje, pelo ideal formado pela sociedade globalizada, tipo assim, hoje não tem uma perspectiva de se estabelecer aqui, não tem assim uma área que ele vise e que possa suprir a necessidade dele depois, por exemplo, estudar. A escola mais próxima são sete quilômetros. Depois, se quiser fazer uma faculdade vai ter que andar uns 15 km para fazer uma faculdade, então não tendo um emprego que dê até em formas salarial, que não dá uma estabilidade para que ele possa continuar o estudo, não tendo um emprego para que ele possa ter planos, tipo eu vou entrar como auxiliar, mas sem um plano de carreira para chegar a ser um supervisor de algum setor, não tem emprego que faça ele criar expectativas de ficar aqui. Então eu acredito, faz parte dos meus planos, posteriormente, se eu não conseguir uma maneira de me locomover, que eu não precise estar me adequando ao transporte, que é precário e a distância que traz também um certo desgaste, dentro da realidade hoje da minha família, a gente tem pensado em realmente se estabelecer próximo da cidade, acredito que os jovens tenham essa perspectiva também.” (morador de Prata dos Aredes)

Observa-se entre os jovens de origem rural uma expectativa de mudança de vida em relação àquela levada pelos seus pais. Muitos esperam através dos estudos e da capacitação profissional assumir uma posição na escala de trabalho que consideram mais elevada em relação ao trabalho desenvolvido no campo. Nas entrevistas são recorrentes as críticas em relação àqueles que se “acomodaram” e mantiveram um estilo de vida rural, a despeito da oportunidade de capacitação oferecida pelas instituições atuantes no local:

*“o que acontece, tem muitos jovens aqui dentro que hoje se perderam, de uma certa forma de uma coisa que poderiam levá-los mais adiante, que nem muitos jovens que passaram pelo Compartilharte ou que participaram de diversas atividades, hoje estão exercendo a função que os seus pais exercem, ou exerciam, um é ajudante de pedreiro, o outro trabalha na lavoura, o outro capina, e mora de caseiro, ou puxa cavalo, **continuam exercendo funções que os seus pais exerciam.**” (jovem morador de Canoas)*

A opinião acima é reafirmada por outro entrevistado, apesar dele preferir morar na roça e demonstrar satisfação por morar em Prata dos Aredes e trabalhar como jardineiro:

“Não sinto a cidade como um lugar favorável pra mim trabalhar não. Eu acho que eu estou tão feliz trabalhando e mexendo com mato. Mas acho que a gente não pode viver direto aqui dentro. Viver com a cabeça pequena, pensando só em Prata dos Aredes, só em viver a vida como jardineiro.” (jovem morador de Prata dos Aredes)

Muitos, após saírem da localidade e irem morar na cidade, sentem como se tivessem perdido um tempo importante da vida morando na localidade, ao invés de estarem buscando uma capacitação e um aprimoramento profissional no meio urbano:

“Eu num sei cara, agora eu me sinto assim, meio despreparado, porque como eu fiquei tão longe assim de tecnologia, de várias informações, de vários cursos que eu podia estar fazendo aqui na cidade, coisas que eu deixava de fazer por estar morando lá. Agora com meus 24 anos, eu sinto que faz falta, pelo menos saber mexer, ter um conhecimento básico de computação ou qualquer coisa relacionada” (ex-morador de Prata dos Aredes)

Apesar dessa busca por uma outra condição de vida no meio urbano, esses mesmo jovens se ressentem pelo declínio das atividades desenvolvidas tradicionalmente no meio rural, e pela influência da cultura globalizada na cultura local:

“[...] o pessoal tinha sempre um pezinho de couve na casa. Eu mesmo, lá no meu pai tinha, hoje não tem, uma couvezinha, um pé de cana pra fazer um caldo de cana no fim de semana, uma hortinha com cheiro verde, não sei se foi porque isso não foi transmitido em termos de cultura, se perdeu parte da cultura do povo também, pode ter sido pela realidade do filho dele estar estudando na cidade, não ter contato.” (jovem morador de Prata dos Aredes)

“[...] apesar de ser uma área rural, de estar ainda dentro de alguns limites, hoje, não só eu, mais muitos outros jovens que como eu vivenciaram esse período, veem isso, veem que hoje você vê que tem crianças que quando nascem já tem dentro de sua casa a televisão, já tem o DVD, já tem o computador, chega a quatro ou cinco anos de idade já ganha um videogame do pai ou da mãe, então essa criança nunca vai pegar uma gude, tem criança aqui dentro que nunca pegou pra brincar com um determinado brinquedo como se brincava antigamente, se você levar e falar para a criança ‘pô, isso é muito legal de se brincar’ a criança não vai brincar.”

No âmbito da Associação de Moradores, muitas das demandas por urbanização trazidas pelos moradores de origem rural, são questionadas pelos moradores de origem urbana, quem, de uma forma geral, são os que demonstram maior preocupação em manter as características rurais do lugar. É o que fica explicitado na fala de um morador europeu que se estabeleceu na região há cerca de 10 anos, passando a desenvolver um trabalho com agricultura orgânica e apicultura, visando a auto-sustentabilidade:

“essas pessoas, todas os novos moradores, vieram da cidade à procura de natureza, de tranqüilidade, de uma vida melhor, que é outra visão da maioria dos moradores daqui, a maioria dos moradores daqui, criados aqui tem o desejo de progresso, de consumo, de cidade, isso no mundo inteiro é assim, o pessoal a maioria das pessoas que moram na roça, eles querem ir pra cidade, o que já aconteceu. Há 40 anos atrás a população do Brasil foi 25% na cidade e 75% no campo e hoje é ao contrario, 75% a cidade e 25% no campo, isso no mundo inteiro é assim, no meu país, aqui, nos EUA, na Inglaterra e em qualquer outro lugar.”

Por outro lado, uma moradora entrevistada defende que os moradores de origem urbana - a maioria dos quais com maior poder aquisitivo que os moradores locais - muitas vezes não compreendem as necessidades das famílias que têm menos recursos financeiros e dependem da locomoção até a cidade para garantir sua subsistência:

“na época em que a gente foi morar lá tinha só três ônibus por dia, tinha uma estrada sem asfalto, algumas pessoas queriam asfalto outras não queriam asfalto, as que não queriam asfalto tinham automóveis, e as que queriam eram as pessoas mais comuns né, que tinham os seus filhos na escola pública, que o ônibus quando chovia muito não passava e as crianças tinham que ir e vir, então... os que tinham automóveis tinham todos os recursos né? as crianças podiam estudar e voltar, e os que não tinham, nada tinham né?” (moradora de Prata dos Aredes)

Do urbano ao rural: a busca por reinventar a relação da sociedade com/na natureza

Remetemo-nos agora, à análise – sob a perspectiva dos forasteiros – do movimento dos moradores de origem urbana em direção à localidade e sua influência na organização comunitária e no desenvolvimento de uma cultura ambientalista local.

Conforme visto anteriormente, a Região Serrana do Rio de Janeiro vem atraindo nas últimas décadas um número crescente de pessoas da capital fluminense que, numa espécie de fuga da vida caótica da metrópole, buscam se estabelecer em altitudes mais elevadas, gozando de um clima mais ameno e contando com a possibilidade de cultivar um estilo de vida mais “próximo à natureza”, longe da degradação ambiental, tão evidente na região metropolitana. No depoimento de um dos moradores de origem urbana, fica clara essa relação da explosão urbana e da degradação ambiental com a sua opção por sair da cidade do Rio de Janeiro:

“Naquela época eu visualizei que o Rio de Janeiro não era um local que ia se morar bem, ia se viver bem, senti isso muito de perto, porque fui criado ali no Jardim Botânico e tudo aquilo era casa e vi tudo se transformar em selva de pedras, ter presenciado isso aí me marcou muito porque eu gostava do Rio de Janeiro, era uma pessoa que gostava da Bahia de Guanabara, da Lagoa Rodrigo de Freitas, porque eu vivi muito próximo. Porque vivi essa degradação intensamente e quando chegou o estudo de economia eu fui percebendo os processos econômicos, e me veio assim de estudar agronomia na intenção de procurar um caminho que desse para ficar mais próximo da natureza [...] Ai eu vim parar aqui, porque eu tava na terra num lugar distante, a gente buscando a terra, a gente tava buscando um lugar que fosse agrícola, isso era um critério fundamental [...] Aquele Rio de Janeiro que eu sai não conhecia uma região como essa aqui, altamente agrícola, a cultura que tinha aqui. Naquela época você ainda lavrava a terra com boi, você tinha os moinho de pedras, você tinha coisas ainda muito assim arragaidas, você tinha muito alimento, criava porcos, você tinha muita alimentação que era local, mas isso me atraiu e encontramos esse sítio com uma água boa.”

Para esses emigrantes, a vida na cidade é colocada em cheque, tornando-se inviável, tanto do ponto de vista social e econômico, quanto do ponto de vista ambiental. A qualidade de vida nos grandes centros urbanos é questionada de forma definitiva:

“É isso que eu te falei, não foi uma coisa de opção, a vida lá ficou tão ruim que desmobilizou completamente, eu já não agüentava mais ficar ali e nada mais funcionou” (ex-morador do Rio de Janeiro, recém-mudado para a comunidade de Canoas)

Para além dessa migração da capital para as cidades interioranas, temos em perspectiva nessa pesquisa a busca dos moradores das cidades grandes pela vida nos espaços rurais, o que representa uma mudança muito mais brusca no estilo de vida do que a observada, por exemplo, naqueles que simplesmente saíram da cidade do Rio de Janeiro para morar na cidade de Teresópolis.

Em muitos dos casos estudados, a mudança de vida da metrópole para a zona rural simbolizou inicialmente o desejo de ruptura com todo um modelo de sociedade baseado em relações individualistas, exploradoras e degradantes da cultura e do ambiente. Observa-se na fala dos forasteiros uma busca original por se libertarem dos vínculos que os aprisionavam à realidade metropolitana e por se reencontrarem numa vida mais próxima da natureza e dos costumes rurais, longe da confusão dos centros urbanos. É o que fica explícito na fala de um morador de origem urbana que antes de se mudar para Prata dos Aredes vivera por alguns anos com sua família em Saquarema-RJ:

[...] eu e a minha esposa, nós tivemos mais ou menos a mesma criação assim no intuito da gente buscar as mesmas coisas, ou seja, um contato com a natureza, por tudo que a gente estava fazendo na cidade, de uma forma geral, a gente sentia a necessidade de ir em busca da natureza [...] eu queria também me libertar do Rio de Janeiro daquele ciclo né, de trabalho e assim que eu fechei um ciclo de trabalho dentro da TV Globo, eu consegui me libertar da metrópole. E foi nesse momento que eu consegui me libertar da metrópole Rio de Janeiro, que aí nós fomos morar em Saquarema, também numa área rural, ali é uma área rural. Boizinho sendo ordenhado na esquina, plantações ali e aqui de aipim, de caju, aquele jeito bem rural, o pessoal andando a pé, de bicicleta, uma área rural dentro de uma reserva ecológica. [...] eu lá fui pra viver de forma totalmente alternativa, ainda tinha um sonho de viver da terra, eu na verdade quando fui pra lá não tinha emprego, não tinha nem perspectiva de trabalho..."

Observa-se nesse depoimento, como é forte a imagem do rural, associada a um ideal de vida alternativa, onde seja possível inclusive realizar o sonho de “viver da terra”. Constata-se que muitas vezes essa mudança é feita de forma impulsiva e radical, com as pessoas abandonando seus postos de trabalho na cidade, estando dispostas a recomeçar suas vidas, desenvolvendo atividades completamente diferentes daquelas desempenhadas anteriormente.

“É, o meu trabalho lá como artesã, na verdade ele demorou um pouquinho pra desenvolver, porque eu fiquei mais dedicada a conseguir uma condição de moradia, condição de vida pra mim e pros meus filhos [...] e da parte profissional demorou um pouco até eu poder me dedicar mais ao trabalho, até porque na verdade eu num priorizei o trabalho quando eu mudei pra lá, eu priorizei um estilo de vida [...] que eu almejava, eu queria ter aquele estilo de vida, de morar num lugar afastado do centro da cidade, de curtir aquelas coisas todas, de tomar banho de rio, de ficar curtindo o passarinho.” (artesã, moradora de Prata dos Aredes)

É nesse contexto que comerciantes tornaram-se artesãos, administradores tornaram-se agricultores, cinegrafistas tornaram-se donos de pousada, economistas tornaram-se mobilizadores comunitários. E nesse movimento de transformação das suas relações com o trabalho, com o mundo e com as pessoas, esses forasteiros foram remodelando também a realidade local e, quase sem perceber, foram imprimindo um novo ritmo de vida, mudando os rumos do desenvolvimento da localidade, trazendo para o lugar muitas daquelas coisas que outrora quiseram deixar para trás na cidade grande. Esse tipo de análise é trazida por Leony (in RODRIGUES, 1997) quando o autor discute as origens do turismo ecológico, surgido em contraposição ao turismo de massa:

Esta nova postura em relação ao turismo surgiu, efetivamente, quando músicos, escultores, pintores e outros profissionais liberais, isolados ou em pequenos grupos, se dispuseram a conhecer novos e primitivos lugares, fazendo destes locais constantemente visitados, espécies de ponto de encontro. Essas pessoas, encantadas, tinham uma maneira especial de lidar com o lugar integrada à natureza, respeitando-a e preservando-a. Aos poucos a sociedade tradicional percebendo o movimento delas passam a freqüentar o local, que depois é descoberto pela mídia, atraindo um fluxo incontrolável de turistas (p.120).

Conforme observado anteriormente, a chegada da fazenda Vrajabhumi na localidade, em meados da década de 1970, marcou uma época em que um número cada vez maior de pessoas de fora passou a morar no local. A propriedade ganhou esse nome no ano de 1976, quando o fundador do projeto foi em Nova York para um retiro espiritual e encontrou com o Guru indiano Srila Bhaktivedanta Swami Prabhupada, fundador da Iskcon (Sociedade Internacional para a Consciência de Krishna) que lhe deu iniciação espiritual e batizou o local com o nome de Vrajabhumi. A partir de então, o proprietário doou à Iskcon parte das suas terras para a construção de um Ashram (local destinado ao cultivo da vida espiritual e à prática de atividades devocionais) e em outra parte ele construiu um hotel, onde passou a receber turistas de várias partes do Brasil. O

movimento da Consciência de Krishna, associado ao projeto do hotel, passou a atrair para a localidade uma série de pessoas do movimento alternativo, entre músicos, artistas e artesãos que se instalaram principalmente em Prata dos Aredes, buscando uma mudança no estilo de vida levado na cidade.

Foi a partir do começo da década de 1990 que esse movimento se intensificou e a localidade passou por um vertiginoso crescimento demográfico. A comunidade de Prata dos Aredes ficou conhecida por abrigar uma espécie de comunidade alternativa, onde era possível encontrar pessoas com um pensamento diferente, de vanguarda, voltado para novos valores ecológicos, comunitários e espiritualistas. Isso foi um fator determinante para muitas pessoas que optassem por adquirir terras na localidade:

“A gente comprou esse terreno que a gente se interessou mais pela localidade, dentro de uma comunidade ali em Prata dos Aredes que já tem toda uma questão, tem os Hare Krsnas, tem uma visão mais holística. [...] e já conhecia as pessoas ali, uma visão mais assim não tradicional ocidental, uma visão mais diferente assim, indiana, um monte de gente que expunha artesanato na feira hippie do Rio. Tinha alguns cultivos de mel e tem a questão lá dos crus, existe uma comunidade interessante, além do fato do sítio estar em uma área muito verde, na época ainda não era pasto.”
(morador de Teresópolis que acabou adquirindo um terreno em Canoas)

Diversos outros movimentos, não necessariamente sofrendo a influência de Vrajabhumi, também começaram a surgir na localidade, fazendo convergir uma série de experiências levadas a cabo pelos forasteiros, que, de uma forma ou de outra, pretendiam promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural local. As transformações socioespaciais e socioculturais observadas na localidade vão tornando-se cada vez mais complexas: grupos distintos de moradores de origem urbana chegam ao local, apresentando notada diversidade sociocultural, com diferentes origens, interesses e projetos de vida.

Dentro do movimento alternativo encontram-se: espiritualistas, que buscam o distanciamento do mundo materialista e o cultivo de uma vida voltada para valores espirituais e comunitários (muitos desses vão viver no ashram e acabam assumindo uma posição de isolamento em relação ao restante da comunidade); profissionais liberais, artistas, artesãos, músicos, hippies, etc, que buscam uma mudança radical no seu estilo de vida, distante dos centros urbanos e em sintonia com a natureza. Muitos desses comprometidos em desenvolver modelos ecológicos de ocupação do ambiente, que

incluem experiências com agroecologia, bioconstrução, geração de energia alternativa, manejo e reciclagem do lixo, recuperação de áreas degradadas, proteção de rios e nascentes, etc. Alguns desses se envolvem no movimento da associação de moradores a fim de disseminar as ideias ambientalistas para o restante da comunidade; outros se envolvem em um pequeno círculo de amigos e interagem muito pouco com os moradores de origem rural e com o restante da comunidade.

Nesse grande grupo incluiríamos ainda aqueles com maior poder aquisitivo que investem um alto capital em empreendimentos ligados ao turismo, como pousadas, hotéis e restaurantes. Ressalta-se, porém, que entre estes últimos existem aqueles que não entram na onda do movimento alternativo, porque não trazem consigo a preocupação ambientalista e comunitária demonstrada pelos demais. Observa-se também aqueles que simplesmente optam por viver em um lugar mais afastado da cidade, mantendo, porém, sua relação de trabalho com a cidade; ou aqueles que vivem na cidade e passam a trabalhar em empresas, ONGs e outras instituições presentes na localidade.

Outro grupo bastante presente e atuante é o de aposentados, que depois de manterem por alguns anos casas de veraneio na localidade, aposentam-se e passam a viver no local, redescobrimo novos talentos e novas possibilidades de trabalho, voltadas para a mobilização comunitária e o trabalho junto a ONGs e à associação de moradores.

Completando esse quadro complexo, não podemos deixar de citar a influência dos moradores da periferia de Teresópolis (facilitada pela proximidade com o bairro do Meudon) que também começam a ocupar o local trazendo um pouco da cultura suburbana, através da qual vestígios de tráfico de drogas e baile funk já se fazem presentes.

No começo da década de 1980, houve uma mobilização de moradores locais, juntamente com militantes do movimento ambientalista do Rio de Janeiro, para criação da Área de Proteção Ambiental-APA do Jacarandá que contou, inclusive, com a participação do atual ministro do meio ambiente, Carlos Minc. A APA foi criada pelo decreto nº 8280 de 23 de julho de 1985, inviabilizando além do tráfego de veículos, os desmatamentos que aconteciam na região em função de empreendimentos imobiliários que se espalhavam ao longo da estrada. Foi nessa época que o acesso à localidade passando pelo bairro do Meudon foi restringido. Após a criação do Parque Estadual dos Três Picos no ano de 2002, o IEF/RJ (que em 2007 passou a integrar o Inea) manifestou a vontade de reativar

essa antiga estrada, colocando a comunidade da Prata dos Aredes como um dos portais de acesso ao Parque. A população local, temendo os impactos ambientais e sociais causados pela proximidade com o bairro do Meudon, se manifestou contrária à medida, pressionando os órgãos ambientais para que essa estrada não fosse reativada.

A formação da Associação de Moradores de Canoas, Prata dos Aredes e Varginha – Amacapav aconteceu no ano de 1998, a partir da articulação de moradores de origem urbana e proprietários de terras das três comunidades que se mobilizaram em torno, principalmente, das questões ambientais que afetavam a localidade:

“A associação foi fundada para melhorar as condições entre outras ambientais, mas também sociais e econômicas dessa região. E tudo isso no sentido de sustentabilidade. Não foi o caso dessas pessoas de querer organizar loteamentos aqui, fábricas, indústrias, puxar indústrias para cá, foi para preservar o que tem. E conseguiram preservar bastante.” (diretor de meio ambiente da Amacapav).

Desde o período de sua fundação, a Amacapav vem promovendo diversos eventos voltados para a educação ambiental na localidade, destacando-se os mutirões de limpeza dos rios e festas temáticas, durante as quais busca-se trabalhar os temas ambientais emergentes: poluição dos rios, manejo do lixo, desmatamento, eventos que ocorrem no âmbito do PETP, etc. Também foram organizados abaixo-assinados em prol das demandas feitas pela comunidade, relacionadas principalmente às melhorias nas condições de transporte, saúde, educação e lazer. Em parceria com os órgãos ambientais foram realizadas capacitações de brigadistas anti-incêndio. Além disso a Amacapav possui cadeira no Conselho Consultivo do PETP e em diversos outros conselhos municipais, como o Conselho da Cidade e o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema), onde busca-se defender os interesses da localidade, no âmbito da tomada de decisões em cada uma dessas instâncias de participação popular. Junto ao Conselho do PETP a Amacapav vem protagonizando um projeto de uso e ocupação de solo no entorno do parque, visando conter o processo de urbanização e a especulação imobiliária na região.

A partir do ano de 1991, foi iniciado na comunidade de Canoas, o trabalho do Espaço Compartilharte (consolidado enquanto instituição no ano de 1996), formado a partir de um grupo de amigos ligados à militância em movimentos sociais e

ambientalistas que se uniram em torno de ações voluntárias junto à comunidade, buscando, através de atividades lúdicas e pedagógicas (música, teatro, literatura, artes plásticas), desenvolver um trabalho voltado para a educação de crianças e jovens. Durante anos foi desenvolvido, em parcerias com as escolas da região, um trabalho voltado para a educação complementar, associado ao resgate de tradições culturais como o boi-bumbá, contação de histórias, jogos e brincadeiras, etc. No ano de 2006, a instituição aprovou junto ao Ministério do Meio Ambiente, por meio do PDA Mata Atlântica, o projeto “Veredas do Desenvolvimento Sustentável da Comunidade de Canoas”, com duração de três anos, tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida da comunidade através do aproveitamento do potencial turístico local, tornando-se também referência em desenvolvimento sustentável na região. Durante a execução do projeto, além das diversas oficinas de educação e cidadania ministradas em parceria com as escolas da região, foram capacitados guias locais e desenvolvidas diversas oficinas de capacitação profissional tendo em vista a proposta de consolidação de um circuito turístico local. Além disso foi criado no espaço da instituição o CREDS – Centro de Referência em Educação e Desenvolvimento Sustentável, no qual o visitante tem a oportunidade de conhecer melhor a região, as espécies da fauna e flora locais, obter informações acerca do trabalho de educação ambiental desenvolvido na região e adquirir produtos e serviços oferecidos por artesãos e guias locais. Junto ao Conselho Consultivo do PETP, o Espaço Compartilharte vem atuando em parceria com a Amacapav, na defesa dos interesses da localidade junto às decisões tomadas pela administração do Parque.

Conflitos e diferenças socioculturais

Tendo em vista a diversidade sociocultural que se instala na localidade, é natural que diferentes leituras do mundo sejam realizadas a partir de histórias de vida diferentes, estando os moradores observando a realidade local sob diferentes perspectivas e utilizando linguagens também diferentes para expressar a percepção da realidade. Essas linguagens diferentes se chocam o tempo todo na realidade local, fazendo com que muitas vezes, aquilo que para uns é visto como necessidade urgente,

para outros seja visto como algo prescindível. É importante considerar, que de uma forma geral, os moradores de origem urbana possuem um nível de escolaridade maior e também um maior poder aquisitivo que os moradores de origem rural, pertencendo a classes sociais diferentes. Esses são fatores críticos quando queremos entender a origem dos conflitos e desentendimentos observados na localidade.

Em alguns depoimentos observamos o estranhamento dos moradores de origem urbana quando foram morar na localidade, ficando explícita essas diferenças socioculturais:

“É...eu num sei cara...eu me achava muito estranho, as pessoas me achavam estranhas, eu achava elas estranhas, e elas...me achavam meio diferente por eu estar vindo da cidade, indo morar lá, outra cultura e tal, e eu também nunca fui muito social, isso num ajudava muito...e eu já tinha os meus amigos na cidade já conhecia bastante gente, o pessoal tinha crescido junto comigo e eu fui levado pra lá, tive que largar antigas amizades, pra estar conhecendo novas amizades, novas pessoas e numa realidade que era completamente diferente da minha que eu estava acostumado.” (jovem morador de Prata dos Aredes)

Por virem de uma realidade diferente, em busca de soluções para as crises observadas na sociedade urbano-industrial, são os moradores de origem urbana os protagonistas dos movimentos ambientalistas que se estabelecem na localidade. São eles também que passam a abrir caminhos para as formas de organização coletiva e participação política das comunidades estudadas, aumentando sua representação perante o Poder Público Municipal. Uma das únicas moradoras de origem rural efetivamente atuante na Amacapav comenta o predomínio dos moradores de origem urbana no movimento associativista:

“Eu acredito que seja pelo conhecimento. As pessoas de fora tem mais garra, tem um objetivo maior, até porque já conhecem os efeitos de determinadas assuntos, são pessoas de uma cultura bem mais elevada. Então eu vejo assim que tem uma força maior no trabalho da associação, são pontos muito fortes na associação em relação ao meio ambiente e até mesmo em se tratando da saúde e das pessoas. Mas eles a gente já considera daqui.”

É inegável que a influência de muitos desses movimentos, originados da iniciativa dos moradores forasteiros, venha contribuindo de várias maneiras para a preservação ambiental e, em alguns aspectos, para a melhoria da qualidade de vida na

localidade. Contudo, a partir do que foi observado nessa pesquisa, ressaltamos que há uma tendência crescente à segmentação entre os moradores de origem urbana e de origem rural, que se divergem quanto ao que deve ser visto como sendo as reais necessidades da comunidade. Isso reflete-se na desconfiança e na falta de participação dos moradores de origem rural em relação aos projetos desenvolvidos no âmbito de instituições como o Espaço Compartilharte e a Amacapav.

“Geralmente os que não aprovam são aqueles que nunca aparecem, nem sabe o que está acontecendo, mas a associação é muito importante para a comunidade, com relação ao meio ambiente mesmo, um dos principais fatores. A associação foi gerada e logo foi colocada em serviço do meio ambiente que foi o primeiro mutirão que fizemos para a limpeza dos rios que fizemos com as crianças e adolescentes. Maravilhoso! E depois fizemos nem sei quantas mais! Não lembro!” (professora aposentada de Prata dos Aredes)

Entre os moradores de origem rural é comum a crítica às atividades da Amacapav e o questionamento da sua representatividade perante a comunidade. Para muitos, a associação está ali para defender os interesses de um determinado grupo de pessoas e não da comunidade como um todo:

“Quando a gente fala de associação, de um grupo exercendo o poder, a gente tem na verdade dois lados da moeda: tem um grupo na associação que pode ter uma visão de ajudar o lugar em termos de buscar a necessidade da região, do lugar, dentro do perfil dela, da característica dela, dentro do que ela precisa, dentro das principais necessidades dela, como também a gente pode ter um grupo de pessoas, como vou dizer, simplesmente exercendo aquela função, mas dando a mínima, dependendo das pessoas que estão, simplesmente estão ali pra defender alguns grupos. [...] Então quer dizer, se houver realmente uma participação focando na verdade as características do lugar, do seu perfil, o que ela precisa, eu acredito que essa associação na verdade vai exercer um papel importante.” (jovem morador de Prata dos Aredes)

Conforme visto anteriormente, observa-se que a maior preocupação dos moradores de origem rural, principalmente dos jovens, refere-se à falta de opções de trabalho na localidade, associada à precariedade do serviço de transporte, que é o que tem levado muita a gente a buscar condições melhores de vida na cidade. Por outro lado, a Amacapav, representada em sua grande maioria pelos moradores de origem urbana, foca a sua preocupação na proteção e conservação do meio ambiente. Isso, na prática, torna-se o principal fator responsável pelo distanciamento dos moradores de origem rural da

associação que, aliada aos órgãos ambientais, exerce muitas vezes o papel de fiscal do meio ambiente, denunciando desmatamentos e construções irregulares, ou qualquer outro tipo de crime ambiental observado na localidade. O próprio diretor de meio ambiente da Amacapav reconhece o impacto desse tipo de ação na comunidade:

“[...] nem todo mundo concorda com a nossa política, nem todo mundo concorda que a gente tem contato com o Parque e com a secretaria de meio ambiente [...] Fiscalização é sempre inimigo, se você bota limite para alguém que tá invadindo o terreno, todo mundo sabe que tá invadindo, ele não vai ser seu amigo, se alguém começa a cortar uma mata porque está construindo uma casa e comprou um lote plantado com árvores e você chama a fiscalização, ele não vai ser mais seu amigo.”

As restrições impostas pelos órgãos ambientais à área da construção civil tem sido as principais responsáveis por criar uma imagem negativa do parque entre os moradores, que cada vez mais associam a presença do PETP a obstáculos e impedimentos criados no caminho daqueles que buscam reproduzir sua vida na localidade:

“[...] então o parque ficou aqui de uma certa forma como um peso morto. Lembra-se do parque aqui quando vai fazer a sua casa e o Ibama e a Defesa Civil vem em cima de você e quer embargar o seu trabalho, você é denunciado por alguém que está fazendo casa dentro dos limites do parque, ou bem próximo dos limites do parque, ou seja uma vida inteira você passou trabalhando pra construir a sua casinha, pra criar os seus filhos e essa oportunidade vem querendo ser tirada de você por questão do parque, porque ele está ali. Então eu acho que essa é a visão que as pessoas têm do parque, eu acho que a maioria aqui dentro, Canoas, Prata e Varginha, você vai construir a sua casa o Ibama quer embargar a sua casa, a Defesa Civil não quer deixar você construir a sua casa, porque tem um parque em volta e você está dentro da área do parque ou próximo da área do parque, essa é uma das visões do Parque.” (jovem morador de Canoas)

No entorno do PETP observa-se que as penas previstas em lei para os crimes ambientais, são ainda os instrumentos mais utilizados para coibir atividades como caça e captura de pássaros, desmatamento, queimadas, extração de madeira e construções irregulares. É recorrente na fala dos moradores que esse tipo de atividade diminuiu na localidade muitos mais pelo medo de multas e apreensões, do por uma tomada de consciência das pessoas em relação à importância de se manter os ecossistemas preservados:

“O pessoal tem medo de desmatar por causa da questão do parque. Mas o parque não tem uma vida ativa aqui dentro.” (jovem morador de Prata dos Aredes)

“[...] outro dia, por exemplo, teve um cara que comprou um terreno aqui, um lote pra fazer uma casa. Aí eu perguntei pra umas pessoas porque eles estavam trabalhando de noite. ‘Ah porque eles estão derrubando umas árvores aí e o Ibama não pode ver’. Aí estavam fazendo de noite o serviço, pro Ibama não ver. Eles tem um medo, mas é aquela coisa do brasileiro que arranja sempre um jeitinho de burlar.” (moradora de Varginha)

“Inibe né. Os predadores, em função dos palmitos, diminuiu um pouco, teve uma época que diminuiu, mas sempre arranja um jeito pra desmatar né? Que antes era no machado, aí o pessoal: ‘ah liga para o Ibama’, daí o Ibama já vinha, mas já foram embora, porque até o Ibama chegar né? Aí depois eles passaram no serrote. Quando o Ibama passava já estava tudo derrubado. Por outro lado, em matéria de caça melhorou muito, porque o pessoal caçava muito, pegava muito passarinho, por esse lado já melhorou muito, você pode ver que o jacu, que é uma ave que já estava em extinção aqui, hoje não o jacu vem aqui, a saracura vem aqui no quintal comer com as galinhas.” (morador de Prata dos Aredes)

Observa-se nesses depoimentos que, apesar das ações coercitivas, os próprios moradores reconhecem os impactos positivos da presença do parque na localidade, no que se refere à diminuição dos desmatamentos e da caça, e à presença de diversas espécies de aves, mamíferos e plantas, que antes não eram vistas com tanta facilidade na região. Ainda assim, constata-se o papel fundamental que um trabalho pedagógico, na linha da educação ambiental transformadora, pode exercer no sentido de colocar a questão da conservação como algo positivo na localidade, e não apenas como sinônimo de restrições e impedimentos às atividades ligadas à reprodução da vida no espaço rural.

Portanto, está se propondo uma educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória. *Crítica*, na medida em que discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização, da relação sociedade-natureza e das relações sociais que ele institui. *Transformadora*, porque ao pôr em discussão o caráter do processo civilizatório em curso, acredita na capacidade de a humanidade construir outro futuro a partir da construção de outro presente e, assim, instituir novas relações dos seres humanos entre si e com a natureza. É também *emancipatória*, por tomar como valor fundamental da prática educativa a produção da autonomia dos grupos subalternos, oprimidos e excluídos, a superação das assimetrias e, conseqüentemente, a democratização da sociedade (QUINTAS in LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO (orgs.), 2009, p.64).

Durante o projeto “Veredas do Desenvolvimento Sustentável” desenvolvido pelo Espaço Compartilharte, entre os anos de 2006 e 2008, buscou-se atender à demanda local por criação de oportunidades de trabalho e geração de renda, através de diversos

cursos de capacitação profissional, associados à idéia de construção de um circuito turístico local que pudesse dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos na localidade. Inicialmente o projeto conseguiu mobilizar muitas pessoas para participar dos cursos propostos de capacitação de pequenos empreendedores em diversas áreas (culinária, artes plásticas, ecoturismo, etc). No decorrer do trabalho, contudo, a comunidade foi se desmobilizando, de forma que muitas dos cursos propostos foram inviabilizados por falta de quórum. Dos mais de cem inscritos inicialmente, somente cerca de quinze participantes foram até o final do projeto. As pessoas começaram a manifestar uma desconfiança crescente em relação à instituição, que passou a ser acusada de estar se aproveitando do trabalho das pessoas e da boa vontade da comunidade para ganhar dinheiro e para “ganhar nome” junto aos órgãos de fomento:

“[...] se você cria um projeto para a melhoria da sua comunidade, você tem um intuito, com certeza o seu intuito não é só melhorar a comunidade, você quer melhorar a comunidade sim, mas mais tarde com certeza vai ser lembrado por isso, ainda que seja uma repercussão pequena, mas você será lembrado, então muita gente nos dias de hoje ajuda pensando no depois, certo? Então o que acontece, surgiram esses projetos e a comunidade não abraçou por que se você faz uma coisa pra me ajudar, vamos dizer você cria um projeto com a Petrobras pra me ajudar, pra ajudar minha comunidade, esse projeto que você cria com a Petrobras, você conseguiu o financiamento, conseguiu tudo que precisava ser feito pra ele acontecer, eu como comunidade eu não entrei: ‘ah... você está fazendo esse projeto só pra ganhar nome’, então o que você pode tirar disso, ‘ah... eu fiz o projeto, apresentei e a comunidade não quis...’, então você ganhou o seu nome de qualquer jeito, você ganhou todo o nome daquilo que você acreditava que seria, porque você fez, se você tinha interesse de fazer o seu nome ou não isso não interessa, mas você fez.” (jovem morador de Canoas)

Outro morador local, da comunidade de Prata dos Aredes, também chegou a participar das atividades propostas pelo projeto, mas achou, apesar de ser um trabalho de capacitação, que estava “trabalhando de graça” para a instituição. No seu depoimento ele chama atenção também para a dificuldade encontrada pela comunidade em se envolver no trabalho, seja pela falta de uma “cultura de transformação”, seja pela sua heterogeneidade, que faz com que seja difícil uma pessoa ter legitimidade e representatividade perante todos os grupos presentes na localidade:

*“É cara no começo eu botei a maior força, dei o maior apoio nos projetos tanto que eu fiz os cursos, mas eu acho assim, que o lance do lugar é muito difícil, **você começar um projeto num lugar que não tem a cultura de transformação, e fazer com que as pessoas trabalhem pro Espaço (Compartilharte) de graça, nego num quer entendeu? [...] porque, eu acho que tem que ser gente remunerada, eu acho que os profissionais tinham que ser remunerados. Não é porque o cara é o ‘bam bam bam’, que entende da natureza, tem um nome e tal, que o pessoal vai respeitar, porque a comunidade num tem essa liga toda entre ela mesma, pra poder você pegar um pessoa da comunidade e fazer com que ela faça a transformação pra todo mundo entende? Porque são gente de vários lugares diferentes, muitas pessoas diferentes lá dentro, você encontra desde intelectuais à agricultores né...”***

De acordo com a fala de um de outro participante do projeto, as pessoas começaram a se desmobilizar quando sentiram que suas ideias não eram acatadas e que os interesses da instituição não eram os mesmos que o da comunidade:

*“Foram questões que as pessoas que estavam na comunidade que estavam fazendo o curso, foram levando idéias, e essas idéias sequer eram discutidas [...] Nem eram discutidas e nem eram executadas, elas ficavam dentro do núcleo e saía pra gente como o que não dá pra acontecer isso.[...] Foi dito para o pessoal do projeto exatamente isso, que a gente estava querendo tirar o Espaço fora de atuação, ou seja o Espaço criou o projeto e a comunidade queria se apossar do projeto. A comunidade, qualquer um no mundo, você pensaria o quê? **Se eu estou dando uma ideia pra alguma coisa e ela está sendo entendida errada eu vou continuar com isso pra quê?**”*

A ideia de realizar cursos de capacitação profissional é criticada por um morador de origem urbana recém-chegado na localidade. Ele sente falta da inserção dessas pessoas no mercado de trabalho para que essa atividade torne-se de fato rentável para os moradores:

*“Não vou ficar dizendo, mas não adianta você chegar num lugar como esse e, por exemplo, dar aula de tricô, você forma uma turma de 30 pessoas pra fazer tricô, todo mundo sabe fazer tricô e fica lindo. Você chega e fala: ‘beleza estou incentivando a atividade econômica no local, ensinei as pessoas a fazerem tricô.’ Como é que essas pessoas vão vender o tricô? Como elas vão comprar a matéria-prima para começarem a produção? Aonde elas vão vender o produto dela? Os projetos tem que ter começo, meio e fim, com o olho na atividade fim. **Quê que adianta ensinar uma mulher lá em Varginha se ela não tem nem um ônibus para sair para vender as coisas dela?**”*

Considerações finais

Considerando a complexidade sociocultural que se forma na localidade a partir da chegada dos moradores de origem urbana, bem como todos os conflitos e contradições envolvidos nesse processo, mais do que nunca torna-se fundamental nos

atentarmos para o caráter dialógico do processo educativo, se queremos pensar em um programa de educação ambiental local que de fato contribua para a construção coletiva de uma nova forma do homem pensar a sua relação com o mundo, com o ambiente e com a natureza.

Observamos que, à medida em que as instituições atuantes na localidade - juntamente com os órgãos ambientais - tentam impor aos moradores de origem rural as suas ideologias e pontos de vista acerca do que seja melhor para o local e do que seja a proteção do meio ambiente, a desconfiança e o descrédito em relação a essas instituições, juntamente com o desprezo pela questão ambiental, tendem a crescer vertiginosamente. Por outro lado, à medida que se estimula o diálogo, buscando compreender os interesses e as necessidades dos moradores locais, a cumplicidade tende a aumentar, juntamente com o interesse pelas questões que envolvem o PETP e a conservação dos ecossistemas.

Devemos ter em vista que ao pensarmos em desenvolver um trabalho de educação ambiental na localidade, não podemos estar preocupados apenas com a preservação dos ecossistemas naturais, mas também com a valorização da cultura local e com a articulação de atividades produtivas que viabilizem a permanência dos moradores de origem rural no local. Do contrário assistiremos ao êxodo cada vez maior desses moradores, acompanhado de uma valorização imobiliária acentuada, onde serão priorizados os altos investimentos trazidos por empreendedores de origem urbana, que desenvolverão suas atividades “sustentáveis”, enquanto as atividades tradicionalmente desenvolvidas na localidade tenderão a desaparecer por completo.

Para os gestores de unidades de conservação do porte do PETP, o desafio que se coloca no nível local é lidar com o tempo próprio de cada comunidade, estimulando a reflexão e o diálogo entre atores de diferentes contextos socioculturais. Valorizar o saber local e fazer com que as comunidades locais, por meio do seu pensar, adotem uma postura crítica e responsável diante do ambiente, exige um tempo de maturação quase sempre maior do que o esperado pelos órgãos ambientais. Vemos, porém, que é o caminho a ser trilhado para a construção de uma relação de parceria com as comunidades do entorno, favorecendo a gestão participativa da unidade de conservação.

Referências

BAGLI, P. **Rural e Urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição.** In: SPOSITO, M. E. B.; WHITAKER, A. M. (Orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.* São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CARVALHO, V. S. **Educação ambiental e desenvolvimento comunitário.** Rio de Janeiro: Wak, 2002.

DIEGUES, C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo, Hucitec, 2002.

ESPAÇO COMPARTILHARTE. **Acervo:** material didático: Rios de Teresópolis. Teresópolis-RJ, 2008. CD ROM

FBCN, Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza; Plano de Manejo Diretor do Parque Estadual dos Três Picos (prelo), Rio de Janeiro, RJ, 2007 CD-ROM.

FERREIRA, H.C.H. **Territórios sociais e reterritorialização no Aventureiro:** disputas pelo significado e direitos de uso do espaço. In: SECRETO, M.V.; CARNEIRO, M.J.; BRUNO, R. *O campo em debate: terras, homens e lutas.* Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica-RJ: EDUR, 2008.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia:** processos ecológicos em Agricultura Sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

GUERRA, A.J.T.; COELHO, M.C.N. (Orgs.). **Unidades de conservação:** abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA. **Plano de Manejo do Parque Estadual dos Três Picos:** resumo executivo. Diretoria de Áreas Protegidas – DIPAB, Rio de Janeiro, 2009.

JÚNIOR, E.C.; COUTINHO, B.H.; FREITAS, L.E. **Gestão da biodiversidade e áreas protegidas.** In: GUERRA, A.J.T.; COELHO, M.C.N. (Orgs.). *Unidades de conservação: abordagens e características geográficas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

LEONY, Ângela. **Circuito do diamante:** uma abordagem do ecoturismo na Bahia. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). *Turismo e ambiente: reflexões e propostas.* São Paulo: Hucitec, 1997.

LOUREIRO, C.F.B.; BARBOSA, G.L.; ZBOROWSKI, M.B. **Os vários “ecologismos dos pobres” e as relações de dominação no campo ambiental.** In: LOUREIRO,

C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S.(Orgs.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico.** São Paulo: Cortez, 2009.

LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S.(Orgs.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico.** São Paulo: Cortez, 2009.

MOSCOVICI, S. **Natureza: para pensar a ecologia.** Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

PINTO, V.P.S.; PALHA, F.P.; DOMINGUES, G.M. **As relações entre o rural e o urbano na sociedade urbana: repercussões sobre a questão ambiental e a cidade de Juiz de Fora (MG).** In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 19., 2009, Rio de Janeiro.

QUINTAS, J.S. **Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico.** In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S.(Orgs.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico.** São Paulo: Cortez, 2009.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e ambiente: reflexões e propostas.** São Paulo: Hucitec, 1997.

SECRETO, M.V.; CARNEIRO, M.J.; BRUNO, R. **O campo em debate: terras, homens e lutas.** Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica-RJ: EDUR, 2008.

SPOSITO, M. E. B.; WHITAKER, A. M. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TOZONI-REIS, M. F.C. (Org.). **A Pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: reflexões teóricas.** São Paulo: Annablume; Fapesp; Botucatu; Fundibio, 2007.

_____. **A pesquisa-ação-participativa e a educação ambiental: uma parceria construída pela identificação teórica e metodológica.** In: TOZONI-REIS, M. F.C. (Org.). **A Pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: reflexões teóricas.** São Paulo: Annablume; Fapesp; Botucatu; Fundibio, 2007.

Artigo recebido em 02/03/2011 e aceito para publicação em 03/08/2011.